



**Concurso Público**  
Nível Superior

Aplicação: 18/5/2008

## **Cargo:** **AGENTE FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS**

### **LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.**

- 1 Ao receber este caderno, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima e o seu nome no rodapé de cada página numerada deste caderno. Em seguida, verifique se ele contém **cento e cinquenta itens**, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de **1 a 150**.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:  

*É preferível sofrer uma injustiça a praticá-la.*
- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito ou haja discordância quanto a seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis pois não serão aceitas reclamações posteriores.
- 4 Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 5 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 Recomenda-se não marcar ao acaso: cada item cuja resposta diverja do gabarito oficial definitivo receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 7 A duração das provas é de **quatro horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 8 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, **uma hora** após o início das provas e poderá levar este caderno de provas somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- 9 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 10 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes do presente caderno ou da folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

#### **AGENDA (datas prováveis)**

- I **20/5/2008**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br).
- II **21 e 22/5/2008** – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III **18/6/2008** – Resultado final das provas objetivas e convocação para a entrega da documentação para a avaliação de títulos: Diário Oficial do Município de Teresina e Internet.

#### **OBSERVAÇÕES**

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 12 do Edital n.º 1 – PMT, de 14/3/2008.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br).
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 150 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Os ganhos de eficiência da indústria brasileira têm  
uma característica nova: seus benefícios estão sendo  
partilhados entre as empresas e os trabalhadores, cujos  
4 aumentos salariais, portanto, não pressionam os preços.

A produtividade industrial, que se mede dividindo  
o volume da produção pelo número de trabalhadores, vem  
7 crescendo há bastante tempo, mas, até recentemente, o  
crescimento era fruto da redução do nível de emprego. Desde  
2004, porém, crescem simultaneamente a produção e o  
10 número de empregados e, mesmo assim, a produtividade  
cresce. E, no ano passado, cresceu a um ritmo mais intenso  
do que nos anos anteriores, com ganhos salariais para os  
13 trabalhadores. Dados recentes indicam que essa tendência  
deve se manter.

O Estado de S.Paulo, Editorial, 12/4/2008.

Em relação às idéias e às estruturas do texto acima, julgue os  
itens seguintes.

- 1 Na linha 1, a forma verbal “têm” está no plural porque concorda com “Os ganhos”.
- 2 O emprego de sinal de dois-pontos, na linha 2, introduz uma enumeração de itens.
- 3 A oração “que se mede dividindo o volume da produção pelo número de trabalhadores” (l.5-6) está entre vírgulas porque tem natureza restritiva.
- 4 A substituição do termo “cujos” (l.3) por **dos quais** prejudica a correção gramatical do período.
- 5 De acordo com as informações do texto, o número de empregados vem crescendo desde 2004.
- 6 A expressão “essa tendência” (l.13) retoma o antecedente “redução do nível de emprego” (l.8).
- 7 Predomina no trecho o tipo de texto narrativo.
- 8 A substituição de “deve se manter” (l.14) por **deve ser mantida** preserva a correção gramatical do período.

1 No ano passado, a produção industrial cresceu 6%,  
enquanto o emprego aumentou 2,2% e o total de horas  
pagas pela indústria aumentou 1,8%. Isso quer dizer que  
4 a produtividade cresceu sem necessidade de demissões de  
trabalhadores, como ocorreu entre 1990 e 2003.

Esse resultado é consequência do aumento dos  
7 investimentos das indústrias em máquinas e equipamentos  
para modernizar e expandir a produção. “As empresas  
ficaram mais eficientes e estão repartindo os ganhos com o  
10 trabalhador, e isso é muito bom, porque o aumento da renda  
alimenta a expansão da demanda doméstica”, diz o assessor  
do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial,  
13 Júlio Sérgio Gomes de Almeida. Segundo ele, a maturação  
dos investimentos feitos pelas indústrias permite a expansão  
da capacidade de produção em ritmo suficiente para atender  
16 ao crescimento da demanda, sem que haja pressões  
inflacionárias. Outro aspecto positivo que Almeida destaca  
no atual processo de ganho de eficiência da indústria é o fato  
19 de se conseguir, ao mesmo tempo, o aumento da capacidade  
produtiva e a elevação do padrão de vida dos trabalhadores.

*Idem, ibidem.*

Com referência às idéias do texto acima e às palavras e  
expressões nele empregadas, julgue os itens que se seguem.

- 9 O emprego da vírgula logo após “passado” (l.1) justifica-se por isolar o adjunto adverbial de tempo anteposto à oração principal.
- 10 O termo “enquanto” (l.2) pode, sem prejuízo para a correção gramatical e para as informações originais do período, ser substituído por qualquer um dos seguintes: ao passo que, na medida que, conquanto.
- 11 A expressão “Esse resultado” (l.6) refere-se à informação antecedente apresentada no primeiro período e confirmada em: “a produtividade cresceu sem necessidade de demissões de trabalhadores” (l.4-5).
- 12 O emprego da vírgula logo após “Industrial” (l.12) deve-se à necessidade de se isolar o vocativo subsequente.
- 13 O emprego de preposição em “ao crescimento” (l.16) justifica-se pela regência de “atender” (l.15).

1 A despeito da desaceleração econômica nas nações  
ricas, as cotações das *commodities* agrícolas, minerais e  
energéticas persistem em ascensão. Segundo o FMI, os  
4 preços dos alimentos subiram 48% do final de 2006 ao início  
de 2008. Os fatores que levam a essa alta global dos  
7 produtos agrícolas se relacionam a demanda, oferta e  
estoques reguladores.

O acentuado crescimento da economia mundial  
entre 2003 e 2007 estimulou a procura por alimentos. Houve  
10 problemas de oferta — quebras de safras — em decorrência  
do clima. Os elevados subsídios da Europa e dos EUA  
inibiram investimentos em novas plantações ou em  
13 tecnologia para tornar as terras aráveis, especialmente nos  
países em desenvolvimento.

Com a desregulamentação dos mercados  
16 financeiros, houve uma redução nos estoques públicos  
voltados a mitigar desequilíbrios entre a oferta e a demanda.

*Idem, ibidem* (com adaptações).

Em relação às idéias e às estruturas lingüísticas do texto acima,  
julgue os itens a seguir.

- 14 A expressão “A despeito da” (l.1) pode, sem prejuízo para  
a correção gramatical e as informações originais do período,  
ser substituída por qualquer uma das seguintes: Apesar da,  
Embora haja, Não obstante a.
- 15 A palavra “persistem” (l.3) tem o sentido de **desistem**.
- 16 A palavra “inibiram” (l.12) está sendo empregada com o  
sentido de **estimularam**.
- 17 Na linha 16, se a expressão “uma redução” estivesse no  
plural — **reduções** — a forma verbal “houve” também  
deveria estar no plural.
- 18 A palavra “mitigar” (l.17) está sendo empregada com o  
sentido de **atenuar, abrandar, suavizar**.

Julgue os fragmentos apresentados nos próximos itens quanto à  
adequação aos aspectos gerais da correspondência oficial e  
quanto à correção gramatical.

- 19 O Brasil tem condições de provar os benefícios do etanol,  
mas terá de cercar-se de garantias. Zoneamento ecológico  
proibindo a cana na Amazônia é uma delas. É suficiente não  
dar licença de instalação a usinas na Amazônia já que, dessa  
forma, não haverá plantio de cana, pois, para a exploração  
ser viável, a matéria-prima tem de estar próxima à usina.
- 20 A conclusão de que o etanol proveniente da cana acelera o  
ritmo das mudanças climáticas “promovendo o  
desflorestamento” seria perfeita a meu ver, se houvesse  
desmatamento no Brasil com essa finalidade. Não há e eu  
penso que bastam ações mais vigorosas do governo  
brasileiro para provar que os programas alternativos de  
energia podem prosperar longe da floresta — e dela sequer  
tem necessidade.

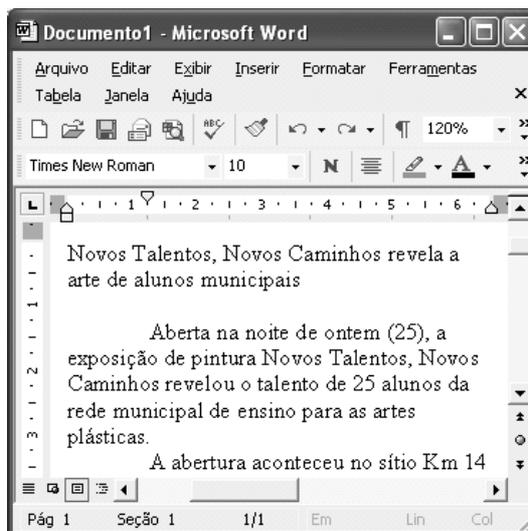
Acerca de Internet, julgue os itens que se seguem.

- 21 O termo TCP/IP denomina o grupo de aplicativos de  
computador que tem a função de detectar e eliminar a  
infecção de programas por vírus de computador.
- 22 Em diversas ferramentas para envio de correio eletrônico,  
está disponível uma opção — muitas vezes, denominada Cc:  
— que permite o envio de cópias de uma mensagem de  
*e-mail* para outros destinatários além do destinatário  
principal.



A figura acima mostra uma janela do Internet Explorer 6 (IE6),  
com uma página *web* sendo parcialmente exibida. Com relação a  
essa figura, ao IE6 e à Internet, julgue os itens subsequentes.

- 23 O fato de a palavra **Notícias** estar sublinhada indica que  
essa palavra não corresponde a um *hiperlink*, já que a  
linguagem html usada na WEB não permite a associação de  
palavras sublinhadas com *hiperlink*.
- 24 Ao se clicar o botão , ao lado direito do campo  
**Endereço**, passará a ser exibida a página *web* que havia sido  
exibida antes do uso do botão .



Considerando a figura acima, que mostra uma janela do Word  
2002 com um texto em processo de edição, julgue os itens  
seguintes.

- 25 Para centralizar todo o parágrafo iniciado em “Aberta na  
noite”, é suficiente clicar em uma palavra qualquer desse  
parágrafo e, em seguida, clicar .
- 26 Ao se aplicar um clique duplo sobre a barra de título, a  
janela mostrada será minimizada.
- 27 Ao se aplicar um clique duplo na palavra “Talentos”, na  
primeira linha do texto mostrado, e se clicar **N**, a referida  
palavra será formatada como negrito. Caso, após essas ações,  
o botão  seja clicado, essa formatação será desfeita.



A figura acima mostra uma janela do Excel 2002, com uma planilha em processo de edição. Na planilha, estão listados os preços unitários de um tipo de mesa e um tipo de cadeira, além do número de unidades compradas por um cliente. A partir dessas informações, julgue o próximo item.

**28** Para se calcular o preço total das duas mesas, pondo o resultado na célula D2, é suficiente clicar essa célula, digitar =B2\*C2 e, em seguida, teclar Enter.



Considerando a janela do Windows XP ilustrada acima, julgue os itens subsequentes.

**29** Dispositivos como *pen drives* e disquetes de 3 1/2" são úteis para a realização de cópias de segurança (*backups*). A capacidade de armazenamento de um disquete de 3 1/2" é maior que a de um *pen drive*, devido ao fato de este último utilizar gravação magnética.

**30** Caso haja um disquete adequadamente instalado no computador, ao se clicar com o botão esquerdo do *mouse* sobre Disquete de 3 1/2 (A:), será exibida uma lista de opções, entre as quais está a que permite formatar o referido disquete.

Em abril, cerca de 5 mil empresas dos setores de cigarro e combustíveis inauguraram a nota fiscal eletrônica, registro feito por computador no sistema mantido pelas secretarias de Fazenda dos estados e pela Receita Federal. Para o secretário da Receita, a novidade vai reduzir custos das empresas e do Fisco e diminuir a sonegação.

Internet: <www.estadao.com.br>

A partir do texto acima, julgue os itens a seguir.

**31** A implementação da nota fiscal eletrônica é um instrumento de combate à sonegação fiscal, a qual, além de ser um problema de cunho legal, é também uma questão de ordem moral.

**32** O simples fato de a sonegação fiscal implicar um dilema ético leva ao resultado de ser ela também uma conduta vedada pela lei, já que as normas jurídicas devem estar sempre voltadas ao bem comum.

Acerca da ética na administração pública, julgue os itens que se seguem.

**33** O debate sobre a conveniência da codificação de normas éticas no serviço público terminou com a vitória daqueles que julgavam essa via como inadequada.

**34** Apesar das diferenças culturais, existe concordância universal no sentido de que o agente público evite assumir comportamentos dúbios ou conflituosos com o interesse público que representa.

**35** A corrupção é um problema central, que deve ser tratado com urgência pela administração pública, pois ela abala a autoridade moral, afeta a eficiência dos governos, reforça o crime organizado e corrói a legalidade e a moralidade do Estado de Direito.

**36** A prevenção e a repressão da improbidade administrativa pressupõem não só uma legislação estruturada, mas também uma conduta ética socialmente valorizada, de modo que, nesse contexto, qualquer desvio seja considerado um desvalor passível de sanção legal e moral.

**37** Os valores éticos aplicáveis à administração pública são imutáveis e absolutos.

**38** A idéia de que se deve tirar proveito em tudo e o chamado "jeitinho brasileiro" derivam de concepções que não chegam a configurar um problema ético ou moral dentro da administração pública.

**39** Princípios norteadores da conduta de agentes públicos, como a legalidade, a moralidade, a impessoalidade e a publicidade, ainda não possuem *status* constitucional no ordenamento jurídico brasileiro.

**40** O desfazimento de um ato administrativo em decorrência de sua imoralidade, mesmo que ele seja legal, não está previsto no sistema jurídico brasileiro, já que a moralidade administrativa é um conceito meramente subjetivo.

Uma proposição é uma frase que pode ser julgada como verdadeira — V — ou falsa — F —, mas não como V e F simultaneamente.

Um raciocínio lógico é uma seqüência de proposições, e é denominado raciocínio lógico correto quando, considerando como V algumas das proposições da seqüência — denominadas premissas —, e por consequência dessa veracidade, as demais proposições da seqüência — denominadas conclusões —, também são V.

Proposições são freqüentemente simbolizadas por letras maiúsculas do alfabeto: A, B, C etc. Uma proposição da forma “se A, então B” é simbolizada por  $A \rightarrow B$  e tem valor lógico F quando A é V e B é F, e nos demais casos é V. Uma proposição da forma “A ou B” é simbolizada por  $A \vee B$  e tem valor lógico F quando A e B são F, nos demais casos é V.

Considere como premissas as proposições abaixo, que foram construídas a partir de alguns artigos do Código Municipal de Posturas da Prefeitura Municipal de Teresina:

- A: Todos os estabelecimentos comerciais devem dispor de lixeira para uso público.
- B: Todo proprietário de estabelecimento comercial é responsável pela manutenção da ordem no estabelecimento.
- C: Se Mário é o proprietário do terreno, então Mário é o responsável pelo escoamento das águas pluviais que atingirem o terreno.
- D: João tem mais de 18 anos ou João não pode comprar bebidas alcoólicas.

Considerando como V as proposições A, B, C e D e, com base nas definições acima, julgue os itens subseqüentes.

- 41 Considerando-se também como premissa, além da proposição B, a proposição “Jorge é responsável pela manutenção da ordem no estabelecimento”, então, está correto colocar como conclusão a proposição “Jorge é proprietário de estabelecimento comercial”.
- 42 A negação da proposição A é “Existem estabelecimentos comerciais que não dispõem de lixeira para uso público”.
- 43 Se a proposição “Mário não é o responsável pelo escoamento das águas pluviais que atingirem o terreno” for também V, então a proposição “Mário não é o proprietário do terreno” é também V.
- 44 A seqüência de proposições que tem como premissas a proposição D e a proposição “João não pode comprar bebidas alcoólicas”, e tem como conclusão a proposição “João não tem mais de 18 anos”, constitui um raciocínio lógico correto.
- 45 Uma proposição simbolizada por  $P \rightarrow P \vee Q$  possui um único valor lógico F para todos os possíveis valores lógicos atribuídos às proposições P e Q.
- 46 Considere que as proposições “Nenhum proprietário de terreno está isento de mantê-lo limpo” e “Todo proprietário de terreno paga imposto territorial pela sua propriedade” sejam as premissas de um argumento. Neste caso, se uma conclusão for a proposição “Nenhuma pessoa que paga imposto territorial pela propriedade de terreno está isenta de mantê-lo limpo”, então essa seqüência de proposições não constitui um raciocínio lógico correto.

As seguintes informações foram adaptadas do sítio [www.teresina.pi.gov.br](http://www.teresina.pi.gov.br).

- ◆ A Ouvidoria Municipal de Teresina é uma unidade criada para que o cidadão possa tirar dúvidas, enviar reclamações, denúncias, elogios e sugestões relativas à administração da prefeitura e demais órgãos correlatos. Essa ouvidoria é composta por 11 profissionais, assim distribuídos: 1 ouvidor-geral, 3 técnicos, 2 digitadores e 5 auxiliares.
- ◆ O GeoVista, um sistema de geoprocessamento que usa recursos do Google Maps, é disponibilizado a partir do portal da prefeitura de Teresina para facilitar aos cidadãos o acesso a mapas e consultas de endereços, trajetos de um ponto inicial a um ponto de destino, entre outros serviços. Uma das possibilidades para se localizar um endereço por meio do GeoVista é utilizar o código de endereçamento postal (CEP), que possui 8 dígitos, entre os quais são destacados um prefixo de 5 dígitos, e um sufixo com 3 dígitos.

A partir das informações acima, julgue os itens a seguir.

- 47 A quantidade de maneiras distintas de se constituir uma comissão formada por 4 profissionais da Ouvidoria Municipal de Teresina, de modo que essa comissão contenha um profissional de cada categoria, é superior a 300.
- 48 Há exatamente 238 maneiras diferentes de se constituir uma comissão formada por 4 profissionais da Ouvidoria Municipal de Teresina, de modo que essa comissão contenha, no máximo, um técnico.
- 49 Considerando-se que o primeiro dígito do CEP corresponde à região postal que inclui determinados estados, e que o estado do Piauí faz parte da região 7, então há exatamente 10 mil maneiras diferentes de se compor os prefixos dos códigos de endereçamentos postais da região que inclui o estado do Piauí.
- 50 A quantidade de sufixos do CEP que podem ser formados de modo a conterem, no máximo, dois dígitos repetidos é inferior a 950.

RASCUNHO

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Tendo por base norma constitucional estadual, João, fiscal de tributos, reteve temporariamente mercadorias que estavam em poder de Maria, com o objetivo de arrolar bens encontrados em situação de ilícito tributário até a comprovação da posse legítima dos bens por parte de Maria.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 51** Na situação descrita, João atuou no exercício do poder de polícia.
- 52** A retenção da mercadoria constitui desrespeito ao princípio constitucional do devido processo legal e ao princípio constitucional do livre exercício de profissão, ofício ou trabalho.
- 53** Como contribuinte, Maria sofreu coação indireta por parte de João, que objetivava satisfazer débitos com a fazenda pública.

O Ministério Público requisitou a uma instituição bancária pública que informasse o nome dos beneficiários de determinados empréstimos subsidiados pelo Tesouro Nacional concedidos pelo banco na implantação de um plano de governo que visava auxiliar o setor sucroalcooleiro. O banco negou-se a prestar a informação, invocando o direito fundamental ao sigilo bancário.

Diante dessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 54** O banco agiu de forma incorreta, pois os nomes dos beneficiários, nesse caso, não configuram dados acobertados pelo sigilo bancário.
- 55** No caso em apreço, os empréstimos eram financiamentos públicos, aos quais se aplica o princípio da publicidade dos atos da administração pública.
- 56** Apenas por meio de decisão judicial prévia seria possível que o banco prestasse a informação requisitada.

Paulo prestou concurso público para auditor fiscal. Por equívoco, sua classificação foi alterada de modo a prejudicá-lo. Assim, Paulo, que deveria aparecer como primeiro colocado, ficou classificado em quinto lugar. Inconformado, Paulo recorreu ao Poder Judiciário, que reconheceu o desacerto de sua classificação, determinando à administração que o classificasse em primeiro lugar. A administração pública, julgando que não houve prejuízo a Paulo, visto que o candidato, apesar do quinto lugar, conseguira ficar classificado dentro do número de vagas oferecidas no concurso, realizou a sua nomeação e posse após a nomeação e posse dos quatro candidatos anteriores.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens de **57** a **62**.

- 57** A tardia nomeação de Paulo não gera direito à indenização contra a administração pública, pois o candidato logrou conseguir uma vaga e, além disso, a ação da administração pública foi motivada por equívoco, inexistindo má-fé.
- 58** Na situação apresentada, ocorreu omissão da administração pública ao classificar Paulo em quinto lugar e não em primeiro, razão pela qual, se houver responsabilidade, esta será na modalidade subjetiva.

**59** Vencido o concurso, o primeiro colocado adquire direito subjetivo à nomeação com preferência sobre qualquer outro, desde que a administração se disponha a prover o cargo ou o emprego público, mas a conveniência e oportunidade do provimento ficam à inteira discricção do poder público.

**60** A investidura de Paulo só ocorrerá com a nomeação.

**61** A nomeação de Paulo configura hipótese de provimento de cargo público.

**62** É de quinze dias, contados da data da posse, o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício.

Acerca dos poderes do Estado e suas funções, julgue os itens seguintes.

**63** Na qualidade de guarda da Constituição Federal, o Supremo Tribunal Federal, como órgão do Poder Judiciário, tem a responsabilidade de decidir acerca da juridicidade da ação dos demais poderes do Estado.

**64** No exercício do sistema de freios e contrapesos, o Poder Judiciário não pode invadir a esfera reservada à decisão política dos dois outros poderes, o Legislativo e o Executivo.

**65** O princípio da separação dos poderes impede, como regra, que a Câmara dos Deputados submeta a processo de perda do mandato deputado federal licenciado das suas funções para exercício de atividade no Poder Executivo, em virtude de atos praticados por esse deputado que tenham estrita vinculação com a função exercida no Poder Executivo.

Com relação ao direito tributário, julgue os itens de **66** a **75**.

**66** Ao arrecadar o IOF sobre o ouro por operação, como ativo financeiro, realizada no município de Teresina, a União terá de destinar uma parcela da receita àquele município.

**67** De acordo com a Constituição Federal, duas empresas prestadoras de serviço, uma de grande porte e outra de pequeno porte, deverão ter alíquotas de ISS diferenciadas.

**68** Se um contribuinte for autuado para pagamento de multa devido ao fato de não ter emitido nota fiscal de serviço, sua obrigação de pagar será assessória.

**69** O pai que é responsabilizado, em razão da lei, pelo pagamento de tributo originalmente devido pelo filho passa a ter a qualidade de sujeito ativo.

**70** A isenção do pagamento de ITBI a determinado contribuinte, definida em lei municipal, é exemplo de extinção da obrigação tributária.

**71** Consoante a Constituição Federal, o IPTU é o único imposto municipal expressamente progressivo.

**72** No que concerne ao IPTU, uma lei que regule a competência e os poderes das autoridades administrativas em matéria de fiscalização da aplicação da legislação tributária aplica-se às pessoas naturais que gozem de imunidade tributária.

**73** Caso uma ação de cobrança de IPTU tenha sido ajuizada em 2/4/2008, o juiz tenha ordenado, em 15/4/2008, a citação do réu, e este tenha sido citado em 18/4/2008, nessa situação, o prazo de prescrição para interrupção irá até 18/4/2013.

- 74** Se tivesse sido publicada em 8/3/2008 uma lei que houvesse reduzido a alíquota do ITBI, sem cláusula de vigência, então essa lei passaria a vigor a partir de 1.º de janeiro de 2009.
- 75** Considere que um engenheiro residente em Teresina tenha aberto um escritório de engenharia, pessoa jurídica, em Timon. Nessa situação, em razão de sua residência, ele terá de pagar ao município de Teresina o ISS relativo aos serviços prestados como pessoa jurídica.

Com base na legislação tributária complementar federal relativa às micro e pequenas empresas e ao ISS, julgue os itens seguintes.

- 76** Conforme previsto no Código Civil, um empresário, pessoa física, devidamente registrado no Registro de Empresas Mercantis, que tem receita bruta anual de até 100 mil reais pode receber os benefícios destinados às microempresas em seu estatuto nacional.
- 77** Uma empresa que fatura, anualmente, em conta própria, R\$ 2.000.000,00 e, em conta alheia, R\$ 500.000,00 é enquadrada no conceito de empresa de pequeno porte.
- 78** Considere que determinada empresa, sediada em Picos e que tem como atividade a venda de máquinas de fazer cópias de documentos tenha promovido, em março de 2008, um curso sobre manutenção de suas máquinas, com o objetivo de ampliar sua rede de assistência técnica. Nessa situação, a empresa deve pagar ISS, mesmo que a prestação de serviços não seja sua atividade preponderante.
- 79** A receita de uma empresa que explora a concessão de pedágio em determinada BR não tem natureza tributária. Todavia essa empresa está submetida à legislação nacional que impõe o pagamento do ISS.
- 80** Quem presta serviço como trabalhador avulso é contribuinte do ISS, consoante a regulamentação nacional sobre esse imposto.

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Teresina, julgue os itens a seguir.

- 81** A atualização da base de cálculo do ISS pode ser feita mensalmente.
- 82** A remissão de créditos tributários somente pode ocorrer nos casos de calamidade pública ou de notória pobreza do contribuinte.
- 83** Se um funcionário da Secretaria de Finanças do município de Teresina deixar transcorrer o prazo para inscrição de certo crédito por meio do lançamento tributário, caberá a ele responder civilmente pelo dano, não sendo responsabilizado administrativamente.

Com relação ao Código Tributário do Município de Teresina, julgue os itens de **84** a **87**.

- 84** Os serviços de iluminação pública são tributados por meio de contribuição, e não por meio de taxa.
- 85** Se os moradores de determinado distrito de Teresina construírem um sistema de abastecimento de água e um outro de coleta de esgoto sanitário, que passem a ser mantidos pela prefeitura, estes terrenos serão tratados como zona tributariamente urbana, para efeitos de IPTU.

- 86** Uma pessoa que se passar, falsamente, por médica e prestar consultas em troca de pagamento não será considerada contribuinte do ISS pelos valores que recebe em razão das consultas, já que está praticando crime.
- 87** Se o detentor do mero usufruto de um imóvel que pertence a determinada empresa ceder esse usufruto, ocorrerá, nesse caso, fato gerador do ITBI.

Tendo como base o Regulamento do Código Tributário do Município de Teresina, julgue os itens seguintes.

- 88** Posseiro de terra considerada zona urbana de Teresina, mesmo não sendo proprietário, é, em regra, contribuinte do IPTU.
- 89** Considere que Maria, que deve dinheiro a Joana, tenha pago sua dívida por dação em pagamento de um imóvel. Nessa situação, é correto afirmar que essa operação não será fato gerador do ITBI.
- 90** Se o dono de uma cadela a leva a um veterinário, que também é criador de cães, para submetê-la a um parto e paga pelo serviço com um dos filhotes, não ocorre, nesse caso, fato gerador do ISS.

Em cada um dos itens subseqüentes, é apresentada uma situação hipotética acerca do IPTU, seguida de uma assertiva a ser julgada. No julgamento de cada assertiva, considere que todos os imóveis citados na respectiva situação hipotética estejam localizados no município de Teresina.

- 91** Em 31 de dezembro de 2007, Mário adquiriu uma casa na zona urbana do município, oportunidade em que pagou o IPTU referente ao exercício de 2007. Nessa situação, o fato gerador do IPTU relativo ao ano de 2008 ocorrerá somente em 31 de dezembro de 2008.
- 92** A casa de Estevão está localizada a dois quilômetros de distância de uma escola primária e de um posto de saúde, e não há nenhum outro melhoramento ou serviço mantido pelo poder público que sirva a sua casa. Nessa situação, é correto afirmar que a casa de Estevão se encontra em zona urbana, e, por isso, o IPTU incide sobre ela.
- 93** Pedro construiu em seu terreno urbano uma edificação de natureza temporária. Nessa situação, Pedro pagará IPTU apenas sobre o terreno.
- 94** Paulo assinou com Joana, proprietária de um imóvel, um contrato de promessa de compra e venda do imóvel. Nessa situação, a responsabilidade pelo pagamento do IPTU é dos dois, solidariamente.
- 95** Artur é proprietário de uma unidade autônoma de um condomínio vertical. Nessa situação, o IPTU de sua fração ideal no condomínio estará incluído no IPTU de sua unidade.

Em cada um dos itens que se seguem, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com base na regulamentação do ITBI de Teresina.

- 96** João, detentor dos direitos de hipoteca sobre um imóvel, firmou com alguém um contrato de cessão desse direito. Nessa situação, tal negócio configura fato gerador do ITBI.
- 97** Laura adquiriu um imóvel por meio de arrematação em leilão público. Nessa situação, Laura não terá de pagar o ITBI por essa operação.
- 98** Júlio, único filho e órfão de mãe, com o falecimento do pai, passou a ter a propriedade sobre um prédio que pertencia a *de cuius*. Essa situação configura fato gerador do ITBI.
- 99** Orlando deu a seu irmão um apartamento como presente de casamento. Nessa situação, em razão dessa operação, não será devido o pagamento do ITBI.
- 100** Rubens incorporou ao patrimônio de sua indústria de blocos de cimento um terreno que era de sua propriedade pessoal, como forma de realização de capital social. Nessa situação, não há que se pagar ITBI.

Julgue os itens a seguir de acordo com a regulamentação do ISS de Teresina.

- 101** Se uma empresa de contabilidade que presta um serviço de consultoria emite sua nota fiscal mas não recebe o valor devido pelo serviço, não terá de pagar o ISS enquanto não receber.
- 102** O membro de conselho consultivo de uma sociedade por ações que recebe remuneração dessa empresa somente por sua participação nas reuniões do conselho não precisa pagar ISS relativo a esse serviço.
- 103** Um arquiteto residente e domiciliado em Teresina, se for contratado para elaborar um projeto para construção de um prédio em Londres, não terá de pagar ISS sobre esse serviço.
- 104** Uma companhia de teatro que tenha apresentado um espetáculo no município de Teresina está isenta do pagamento de ISS sobre o espetáculo.
- 105** Se uma empresa sediada e domiciliada apenas no município de Timon, no estado do Maranhão, for contratada para fazer uma demolição em Teresina, ela deverá pagar ao município de Timon o ISS correspondente a esse serviço prestado.

Acerca dos contratos, julgue os itens de **106 a 108**.

- 106** A propriedade do fiduciário é resolúvel e, portanto, patrimônio de afetação. No entanto, durante a vigência do contrato, o bem pode ser penhorado ou dado em garantia da dívida do fiduciário, desde que o devedor preste caução ao credor fiduciante.
- 107** Com a resolução do contrato de arrendamento mercantil e a reintegração do bem na posse da arrendadora, é possível a devolução das parcelas pagas antecipadamente a título de valor residual garantido à arrendatária.
- 108** No contrato de representação comercial, o representado é sempre uma empresa, geralmente industrial, e o representante comercial, que pode ser pessoa física ou jurídica, se compromete, por meio de contrato de trabalho, a representar o contratante em local diverso da sede ou matriz da empresa.

Julgue os itens que se seguem, a respeito do direito de empresa.

- 109** Serão registrados na junta comercial de sua sede os empresários, as sociedades empresárias e as sociedades simples.
- 110** Na sociedade limitada, embora a responsabilidade do sócio seja restrita às quotas por ele subscritas, todos os sócios respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Ainda no que concerne ao direito de empresa, julgue os itens subsequentes.

- 111** Na sociedade em comum, enquanto não regularizado o seu registro, a responsabilidade dos sócios pelas obrigações sociais é ilimitada e direta.
- 112** A administração das sociedades anônimas é realizada por um conjunto de órgãos societários, sendo a assembléia geral o órgão máximo de deliberação, que possui competência para tratar de qualquer assunto relacionado ao objeto social.
- 113** Nas sociedades anônimas, as ações preferenciais podem ter o direito de voto limitado ou suprimido pelo estatuto da companhia.

Quanto aos direitos reais, julgue os próximos itens.

- 114** Servidões prediais são restrições impostas a um prédio em proveito de outro, ainda que pertencentes ao mesmo proprietário. São indivisíveis e perpétuas, desde que registradas no cartório de registro de imóveis, e não são sujeitas a extinção, por aderirem ao imóvel serviente.
- 115** O registro da promessa de compra e venda gera um direito real à aquisição, que alcança terceiros estranhos à relação contratual originária e torna ineficazes as alienações e onerações posteriores ao registro do contrato preliminar.
- 116** O usufruto é um direito real temporário e intransmissível, concedido a uma pessoa para ela desfrutar de um bem móvel ou imóvel alheio como se fosse próprio, retirando suas utilidades e frutos, sem, contudo, alterar-lhe a substância.
- 117** O direito real de uso transfere-se, por morte do usuário, aos seus sucessores menores ou incapazes.
- 118** Caso o direito real de habitação seja conferido a três pessoas conjuntamente, e apenas uma delas ocupe o imóvel, nessa situação, o ocupante do imóvel deverá pagar aluguel às outras duas pessoas, fixado na proporção do direito de cada uma delas.

A respeito da aquisição da propriedade imóvel, julgue os itens a seguir.

- 119** O registro do título aquisitivo da propriedade imobiliária gera a presunção absoluta da propriedade, pois sana os possíveis vícios ou defeitos no negócio jurídico.
- 120** A acessão que é fruto de um acréscimo lento, sucessivo e imperceptível aos terrenos ribeirinhos denomina-se aluvião. Esses acréscimos formados por depósitos e aterros naturais pertencem aos donos dos terrenos marginais.

Acerca dos crimes contra a fé e a administração pública, julgue os itens seguintes.

- 121** O agente que falsifica documento público e, posteriormente, o utiliza responde pelos crimes de falsificação e de uso de documento falso, uma vez que realizou ações autônomas e distintas.
- 122** O fiscal que exige tributo que sabe ser indevido ou que emprega na cobrança do tributo devido meio vexatório pratica crime de excesso de exação.
- 123** Caracteriza crime a conduta do agente que permite, mediante fornecimento de senha, o acesso de pessoas não autorizadas a sistema de informações ou banco de dados da administração pública.

Julgue os itens que se seguem, referentes a direito penal.

- 124** O agente que presta declaração falsa à autoridade fazendária, no intuito de reduzir o valor do tributo devido, pratica crime de falsidade ideológica.
- 125** O agente que promove o pagamento do tributo devido antes do início da ação penal tem sua punibilidade extinta.
- 126** A sonegação de tributo de pequeno valor é fato penalmente típico, uma vez que o princípio da insignificância não se aplica aos crimes contra a ordem tributária.
- 127** O crime de abuso de autoridade não pode ser praticado por fiscal de tributos, uma vez que o conceito legal de autoridade inclui apenas os membros da polícia militar e civil no regular exercício da função.

Com relação à contabilidade e à legislação aplicável, julgue os itens de **128** a **136**.

- 128** A despeito das mudanças substanciais nos tipos de usuários e nas modalidades de informação que estes têm procurado, a função fundamental da contabilidade continua atrelada à finalidade de prover esses usuários das demonstrações contábeis com informações que os ajudem a tomar decisões de natureza econômico-financeira.
- 129** Os bens intangíveis, mesmo quando não integram o patrimônio contábil da entidade — como é o caso do fundo de comércio acumulado ao longo do tempo —, podem alcançar considerável valor econômico. Esse valor não está materializado na propriedade física, mas se traduz nos direitos de propriedade, no potencial de utilização e exploração legalmente conferidos aos seus titulares.
- 130** O ISS, proporcional ou fixo, e independentemente do tipo de receita sobre a qual incida, é uma conta de saldo devedor, cujo valor deve ser deduzido da receita bruta operacional.
- 131** Os bens recebidos em doação integram o ativo da empresa e são representados no balanço patrimonial. Esse é o caso de imóveis recebidos do poder público como incentivo à instalação de novos empreendimentos, que, se recebidos sem custos ou ônus, serão contabilizados por valor simbólico, cuja contrapartida constitui receita não-operacional.
- 132** Suponha que uma empresa tenha efetuado, ao final do exercício, o seguinte lançamento.  
D – lucros acumulados  
C – juros sobre o capital próprio  
Nesse caso, a empresa está seguindo a orientação da CVM no que diz respeito à contabilização dos juros devidos aos acionistas, e efetuando um lançamento similar ao da atribuição dos dividendos.
- 133** No Brasil, os juros embutidos nas vendas a prazo são destacados da receita bruta e contabilizados como receita financeira. O fato de sua apropriação estar em consonância com o prazo entre a realização da receita e o vencimento da obrigação do cliente decorre da adoção do regime de competência.
- 134** O princípio da competência está associado às variações patrimoniais e à sua natureza. Na aplicação desse princípio às despesas, há situações em que, mesmo sem ter havido pagamento ou sem ter sido constituída uma obrigação efetiva, devem ser efetuadas provisões, com base em estimativas, como no caso da prestação de garantias assumidas pela venda de mercadorias.

**135** Com as alterações promovidas na Lei das Sociedades por Ações a partir deste ano, a demonstração dos fluxos de caixa substituiu, exclusivamente para as companhias abertas, a demonstração das origens e aplicações de recursos, e a demonstração do valor adicionado passou a ser exigida para as sociedades de grande porte.

**136** De acordo com os novos critérios para enquadramento dos gastos de reestruturação no ativo diferido, a par do requisito de que esses gastos contribuam para o aumento do resultado de dois ou mais exercícios sociais, exige-se também que não se restrinjam a promover uma redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional.

A respeito dos tipos de sociedades, julgue os itens seguintes.

**137** A sociedade estrangeira, que tem de requerer e obter autorização do Poder Executivo para funcionar no país, ficará sujeita às leis e aos tribunais brasileiros, tanto em relação aos atos ou operações praticados no Brasil quanto aos praticados no exterior.

**138** Nas sociedades em conta de participação, somente o sócio ostensivo se obriga perante terceiros, mas o sócio participante estará sujeito à responsabilidade solidária com o ostensivo pelas obrigações em que intervier, se tomar parte nas relações do sócio ostensivo com terceiros.

Com base na doutrina e na legislação referentes à auditoria contábil e fiscal, julgue os itens de **139** a **150**.

**139** A auditoria contábil utiliza técnicas e procedimentos que permitem atestar a veracidade e a adequação dos registros e demonstrações, mas não se restringe à escrituração da entidade objeto dos trabalhos da auditoria.

**140** A não-observância de regras básicas no preenchimento dos papéis de trabalho pode acarretar falhas que comprometem a auditoria realizada, como a não-verificação das correções recomendadas no exame anterior e o não-esclarecimento do critério adotado para se selecionar o piso dos valores considerados relevantes.

**141** O auditor deve estar especialmente atento a condições ou eventos que representem aumento de risco de fraude ou erro, tais como os constatados na estrutura ou na atuação inadequada da administração da entidade, como, por exemplo, a baixa rotatividade de pessoal-chave das áreas financeira, contábil e de auditoria interna e a permanência por períodos prolongados de auditores e advogados.

**142** No processo de planejamento de seus trabalhos, o auditor pode ter, intencionalmente, estabelecido nível de relevância em um patamar acima daquele utilizado para avaliar os resultados da auditoria. Isso pode ser feito para reduzir a probabilidade de distorções não-identificadas e para aumentar a margem de segurança, ao se avaliarem as distorções identificadas no curso dos trabalhos.

**143** Se o auditor verificar, no curso de seus trabalhos, que o nível de risco é maior que o previsto inicialmente, ele tem a opção de reduzir o risco de detecção via modificação da natureza, época e extensão dos testes substantivos planejados.

**144** Caso o auditor verifique, durante a realização de seu trabalho, que não existem controles que assegurem que as vendas sejam tempestivamente registradas, o que pode acarretar a inobservância do regime de competência, nesse caso, ele deverá obter, na data do balanço, o número da última nota fiscal emitida pelo setor competente e verificar se essa nota e as anteriores foram registradas pela contabilidade.

**145** Na escolha entre amostragem aleatória e sistemática, o auditor deve considerar que certas populações possuem características capazes de distorcer uma seleção aleatória, como, por exemplo, a introdução de padrões, modalidades de agrupamento ou alguma outra modalidade de disposição. Na ocorrência de tais características, o auditor deve preferir a seleção sistemática.

**146** Duas entidades são consideradas partes relacionadas desde que tenham um dirigente em comum. Por outro lado, são consideradas ligadas quando os sócios-gerentes são os mesmos.

**147** Quando forem emitidos dois relatórios, um em forma curta e outro em forma longa, a inclusão de informações adicionais relevantes no relatório em forma longa deve suprir as insuficiências e deficiências inerentes ao relatório em forma curta.

**148** A CVM obriga que os auditores independentes registrados na autarquia submetam-se à revisão de seu controle de qualidade. Essa revisão deve ser realizada por outro auditor independente, e cópia do relatório de revisão deve ser encaminhada à CVM.

**149** O planejamento da auditoria interna deve considerar os fatores relevantes na execução dos trabalhos. Para assegurar a independência necessária ao bom andamento dos trabalhos, esse planejamento não deve, de forma alguma, levar em conta as orientações e as expectativas externadas pela administração.

**150** Nos termos do Código de Ética do profissional contábil, livros, papéis ou documentos do cliente, confiados à guarda do auditor, não podem ser retidos, mesmo em razão da falta de pagamento dos honorários relativos aos serviços já realizados.